NICOLLE STÉFANY BARBOSA DE ANDRADE

INCLUSÃO NO AUTISMO: QUALIDADE E EQUIDADE

GOIÂNIA

2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE PEDAGOGIA

NICOLLE STÉFANY BARBOSA DE ANDRADE

INCLUSÃO E AUTISMO: QUALIDADE E EQUIDADE

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial, para conclusão do Curso de Pedagogia, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – Escola de Formação de Professores e Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Liliane Barros de Almeida

GOIÂNIA

2024

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente à minha família, que tem sido meu porto seguro e fonte de inspiração ao longo desses quatro anos de curso. Minha avó, minha mãe, meu avô, meu irmão, e meus tios Saulo e Edilene: a vocês, meu mais profundo agradecimento. Cada um de vocês, à sua maneira, contribuiu para que eu pudesse alcançar este momento, não apenas com apoio material, mas com compreensão e amor incondicional.

Minha avó merece um agradecimento especial. Sua dedicação inabalável em cuidar de tudo ao meu redor para que eu pudesse focar nos estudos foi fundamental. Você foi meu pilar em todos os momentos, garantindo que eu tivesse o tempo e a tranquilidade necessários para me dedicar ao curso e, por fim, a este trabalho de conclusão. Seu apoio constante e encorajamento me deram a força psicológica para perseverar, mesmo nas situações mais desafiadoras.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de muitas mãos e corações que estiveram ao meu lado durante toda a jornada acadêmica. Expresso minha profunda gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste TCC.

Primeiramente, agradeço à Escola de Formação de Professores e Humanidades (EFPH) da PUC-GO, por proporcionar um ambiente acadêmico enriquecedor e desafiador. A qualidade do quadro docente, comprometido com a formação crítica e libertadora dos estudantes, foi fundamental para meu crescimento pessoal e profissional. Vocês me inspiraram a olhar além do conhecimento teórico, buscando sempre a aplicação prática e a transformação social.

Aos professores Mardônio e Liliane, minhas orientações e suporte foram essenciais ao longo de todo o projeto da minha monografia. Paciência, dedicação e encorajamento constantes me proporcionaram a calma necessária para enfrentar os desafios e me fizeram acreditar que tudo estava sob controle e que eu seria capaz de concluir este trabalho com sucesso. Suas palavras de incentivo e suas orientações foram âncoras em momentos de incerteza.

Não posso deixar de agradecer aos meus familiares e amigos, que foram meus pilares de apoio durante essa caminhada. A vocês, minha eterna gratidão pelo companheirismo, pela força e pela amizade inabalável que me sustentaram nos momentos difíceis e celebraram comigo as conquistas.

A cada um de vocês, meu mais sincero agradecimento. Este trabalho é tanto meu quanto de vocês, que me ajudaram a chegar até aqui.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I	9
1.1. Histórico do autismo	9
1.2. Histórico na inclusão escolar no Brasil	15
1.3. Legislação da inclusão do autismo na escola	20
CAPÍTULO II	26
2.1. Práticas Pedagógicas	26
2.2. A formação de professores e a inclusão do autista	28
2.3. A aprendizagem e o currículo na inclusão do autista	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39

BARBOSA, N. de A. Inclusão no autismo: qualidade e equidade. Goiânia, 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) explora o tema "Inclusão no Autismo: Qualidade e Equidade", investigando como os princípios de qualidade e equidade se aplicam à inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação, e na sociedade em geral. A inclusão de indivíduos com autismo é um desafio que exige uma abordagem complexa, considerando tanto os aspectos pedagógicos quanto os sociais e culturais. Esta diversidade dentro do espectro demanda práticas inclusivas que sejam flexíveis e adaptadas às necessidades específicas de cada indivíduo. A inclusão eficaz não é apenas uma questão de acesso físico aos ambientes, mas também de garantir que todas as pessoas com TEA tenham oportunidades justas para participar e prosperar em diversos contextos. A qualidade na inclusão refere-se à implementação de práticas que realmente promovam o desenvolvimento e a participação ativa de pessoas com autismo. Isso inclui a adaptação de currículos escolares e a formação contínua de educadores. A qualidade também é medida pela eficácia das intervenções em promover o bem-estar e a integração social dos indivíduos com TEA. Equidade, por sua vez, envolve a oferta de suporte personalizado e a remoção de barreiras que impedem a participação plena das pessoas com autismo. Isso requer uma análise crítica das políticas e práticas existentes, visando a eliminação de desigualdades e a promoção de um ambiente inclusivo e acolhedor. CUNHA, P.; MATA, O. M; SILVA, A. São autores que durante a monografia vão enfatizar a importância da inclusão do autista na sociedade e na escola para que o mesmo consiga desenvolver suas habilidades e ter as mesmas condições igualitárias de todos.

Palavras chave: Inclusão, Autismo, Qualidade, Equidade, Educação Inclusiva, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O tema dessa monografia foi escolhido com muito carinho e cuidado, para que pudesse se aproximar ao máximo de minha realidade. Primeiramente, devido minha experiência como estagiária na escola em que trabalho, que é uma escola inclusiva e que trabalha a inclusão de uma maneira ética e engajada. O que possibilitou o contato direto com crianças autistas durante toda a minha trajetória na escola. Segundo, foi uma espécie de homenagem para minha avó, que hoje aposentada, foi professora de educação inclusiva durante muitos anos de sua longa carreira. Suas experiências e vivências eram compartilhadas comigo no cotidiano, e gerou interesse em saber mais sobre o tema.

A inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sociedade contemporânea é um tema de crescente relevância e complexidade. À medida que aumentam a conscientização e o diagnóstico do TEA, torna-se essencial desenvolver e implementar práticas que promovam não apenas a integração, mas uma inclusão genuína que respeite a diversidade e atenda às necessidades específicas de cada indivíduo. Este trabalho de conclusão de curso (TCC) investiga como os princípios de qualidade e equidade podem e devem ser aplicados à inclusão de pessoas com autismo em contextos educacionais e sociais.

O Transtorno do Espectro Autista é caracterizado por desafios significativos na comunicação e interação social, bem como por comportamentos repetitivos e interesses restritos. A variabilidade dentro do espectro é vasta, abrangendo desde indivíduos com habilidades intelectuais elevadas até aqueles que necessitam de suporte intensivo para atividades diárias. Essa heterogeneidade demanda abordagens inclusivas que sejam flexíveis e personalizadas, capazes de atender a um amplo espectro de necessidades e promover a participação plena de todos os indivíduos com TEA.

Qualidade na inclusão refere-se à implementação de práticas que verdadeiramente atendam às necessidades das pessoas com autismo, proporcionando-lhes oportunidades para desenvolver suas habilidades e integrar-se plenamente na sociedade. Isso envolve a adaptação de currículos educacionais, a formação contínua de professores, o uso de tecnologias assistivas e a criação de

ambientes de aprendizagem que sejam acessíveis e acolhedores. Avaliar a qualidade da inclusão implica examinar se estas práticas estão promovendo resultados positivos tanto no desenvolvimento pessoal quanto na participação social dos indivíduos com TEA.

Equidade na inclusão, por outro lado, trata de garantir que todas as pessoas com autismo tenham acesso justo e igualitário às oportunidades. Isso requer uma compreensão profunda das barreiras que impedem a participação plena e a implementação de estratégias para superá-las. A equidade envolve não apenas a adaptação dos ambientes para atender às necessidades específicas das pessoas com TEA, mas também a promoção de atitudes e culturas que acolham a diversidade. É essencial considerar a interseção entre autismo e outros fatores de diversidade, como gênero, raça e status socioeconômico, para garantir que as práticas inclusivas sejam realmente equitativas.

A importância deste estudo reside na necessidade de avançar para além da mera integração física de indivíduos com TEA em ambientes regulares. É fundamental garantir que essas pessoas não só estejam presentes, mas que realmente participem e contribuam para a vida comunitária de maneira plena e significativa. Só assim poderemos construir uma sociedade que valorize e respeite a diversidade em todas as suas formas, assegurando que todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças, tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

No primeiro capítulo, será abordado o histórico do autismo, que será falado sobre as formas de tratamento que pessoas consideradas fora dos padrões impostos pela sociedade da época recebiam. E no segundo subtema, será abordado o primeiro caso de diagnóstico de autismo no mundo, e como se desenvolveu essa pesquisa para que hoje pudéssemos ter mais clareza sobre o assunto, baseado em estudos e experiências realizadas. No terceiro subtema será abordado as leis e diretrizes que asseguram os direitos de pessoas com TEA ao ensino escolar e seus direitos como cidadãos.

No segundo capítulo, a pauta será a prática pedagógica, adaptação curricular para atender as especificidades de cada criança para que consigam desenvolver suas habilidades de forma inclusiva na sala de aula. E a formação contínua de

professores, que se mostra de suma importância para que o professor consiga expandir seus conhecimentos sobre o assunto e ter êxito em aplicar na prática, para que consiga incluir cada vez mais aquela criança no cotidiano escolar através de suas observações e ações que promovam a inclusão.

CAPÍTULO I

1.1. *Histórico do autismo*

Nos tempos antigos a deficiência era vista, em via de regra, como um motivo para se rejeitar e eliminar alguém. Todos tinham permissão para que fossem feitos sacrifícios de seus filhos em caso de alguma deficiência, os bebês e as pessoas que adquiriam alguma deficiência ao longo da vida eram lançados ao mar ou em grandes montanhas e precipícios. (SILVA, 1986, p. 91-122). Sendo assim, as famílias de bebês considerados fora do padrão eram incentivadas a se livrar desses bebês, pois eram considerados aberrações, vergonha ou castigo para aquela família.

Esse pensamento, levava a sociedade a segregar, excluir não só o bebê ou criança com deficiência física ou mental, mas também toda a família que insistisse em manter aquela criança no ciclo social. E mesmo a família que demonstrasse interesse em cuidar de seu filho mesmo sabendo de suas limitações, eram desacreditados pelos médicos, pois a recomendação era a institucionalização do defeituoso. Quanto mais elevada fosse a posição da família na escala social, tanto mais lógico era internar o filho.

Práticas essas que são vistas como cruéis e inadmissíveis no mundo de hoje, mas no período histórico em que estamos nos referindo eram os termos médicos utilizados para determinar o desenvolvimento dos que não funcionavam dentro da normalidade esperada. Outros termos e nomenclaturas utilizados pela classe médica da época e que mais tarde foram totalmente descontextualizados podemos encontrar: débil mental, demente, entre outros.

Assim, a pessoa considerada fora desses padrões normais e que a família decidisse mantê-lo vivo, era separada do seio familiar e social e submetida à internação em asilos, hospitais ou outras instituições, e essa prática era considerada totalmente normal, dando pleno poder a essas instituições para que fossem responsáveis pela vida daquela pessoa que era submetida à internação. É válido lembrar que quanto mais posses a família possuía, mais ela era incentivada por médicos a institucionalizar os deficientes, como ocorreu na família de Donald Triplett.

Donald Triplett foi fruto de quatro anos de investigação e registro de quadro clínico, o qual, a partir de dois anos de idade sofreu marcantes regressos de seu desenvolvimento, como será descrito a seguir, com base em Donvan & Zucker (2017) e que representa o marco da história que impulsionou os primeiros estudos acerca do autismo.

Até os dois anos de idade, Donald Triplett tinha comportamentos considerados “normais” perante a sociedade, logo após essa idade começou a chamar a atenção de seus pais por conta de sua regressão no desenvolvimento, somadas com a falta de interesse por diversas coisas como nas pessoas e em objetos que haviam ao seu redor. Com o passar do tempo, começou a demonstrar agressividade ao ter sua rotina interrompida ou com alguma interferência, bem como à falta de correspondência em tentativas que buscassem contatos afetivos, onde cada vez mais buscava o isolamento. Essas condutas despertaram bastante preocupação em sua família, que em busca de respostas sobre o mal que havia acometido em seu filho, levou sua mãe a escrever uma carta de confissão descrevendo Donald como “irremediavelmente louco”.

Foram diversas investidas em consultas, médicos e até mesmo internação longe do seio familiar, no asilo Preventorium, no Mississipi, a fim de saber e curar aquele quadro clínico. No entanto, o isolamento familiar, a imposição de novas atitudes, o distanciamento sentimental agravou o quadro de Donald T. fazendo com que sua mãe retirasse ele desse ambiente (Ibid, p. 31, 32).

Na década de 1940 a área da psiquiatria começou a incluir e dar a devida importância para a infância na fase de investigação. Ainda nesse período, destacou-se Léo Kanner, um psiquiatra da infância dos EUA, trazendo um método de trabalho próprio e diferenciado do que era comum naquele período histórico, e tinha como importante estratégia diagnóstica a anamnese, que consistia em valorizar a história de vida do paciente e contava com os registros de observação detalhados ao diagnóstico e tratamento médico.

A boa fama construída pelo Dr. Kanner levou a família de Donald Triplett à procurá-lo, e logo ao chegarem ao local e adentrarem ao consultório, Kanner constatou características peculiares do menino, como o interesse em si próprio, e

isolamento social. Foram realizados alguns testes, e um deles foi espetá-lo com um alfinete para observar sua reação, levando-o a constatar que Donald sentiu a dor, mas em momento algum se afastou, chorou ou teve medo do médico. Donvan & Zucker (2017) esclareceram que não houve relação entre dor e quem a causara. As observações do Dr. Kanner e sua equipe afirmaram que o desenvolvimento do garoto era potencial, ou seja, ele tinha grandes possibilidades de avanço, mesmo com a constatação da indiferença com o que o cercara.

A cerca do diagnóstico de Donald T., *Ibid*,(p. 50) relata que em carta datada de Setembro de 1942, havia confissão de Kanner afirmando que “Não conseguiu encaixar Donald em nenhum rótulo-padrão conhecido, tampouco podia prever as chances do menino. Seus comportamentos constituíam um mistério que ele ainda não tinha sido capaz de decifrar”.

Devido a isso, Dr. Kanner se viu diante de uma necessidade de expandir suas investigações a mais crianças com o caso semelhante ao de Donald. Assim, supervisionou e examinou mais oito crianças o que permitiu constatar que “[...]a principal distinção reside na incapacidade dessas crianças, desde a primeira infância, de se relacionar com outras pessoas” e “com peculiaridade de linguagem *Ibid*,(p. 50). O resultado da investigação levou Kanner a denominar o quadro clínico de ‘Distúrbio Autista de Cunho Afetivo.’

O termo autismo remete às ações em torno de si mesmo, e já tinha havia sido utilizado por volta de 1910 por Bleuler ao abordar critérios diagnósticos da esquizofrenia, transtorno que durante muitas décadas foi atribuído às características autísticas na infância. A partir disso, Kanner estabeleceu dois critérios que passariam a definir as características autistas na infância, sendo eles: a necessidade de rotina e tendência à solidão. E com isso, a possibilidade de um quadro clínico para a síndrome autística, as tentativas de desvendar sua etiologia começaram a avançar, e nessa busca, são constatadas diversas teorias que buscam explicar, que vão desde o cunho materno afetivo, que passa pela influência ambiental, até chegar em uma possibilidade genética.

A história do autismo nos leva a compreender que esse termo, desde meados do século XX, foram atribuídos a diagnósticos de esquizofrenia adulta, principalmente

devido à necessidade de solidão, falta de interesse nas pessoas e necessidade de rotina. Contudo, através das pesquisas do Dr. Kanner em um grupo de onze crianças, o autismo começou a ser reconhecido como um distúrbio específico que afeta o desenvolvimento cognitivo e social, alterando assim a compreensão predominante. Anteriormente, o termo "autismo infantil" passou a ser utilizado para descrever esse conjunto de comprometimentos observados desde a infância. No entanto, há uma controvérsia na história do autismo, pois Bleuler, em 1910, já havia descrito comportamentos autísticos, como "pensamento desordenado" e "tendência a se desconectar do ambiente", muito antes das observações de Kanner. Ratificando esse ponto controverso, De Paula et.al (2017, p. 08) afirma que “Apesar de os primeiros relatos clínicos terem sido descritos por Leo Kanner em meados de 1940, a categoria autismo infantil foi introduzida nos manuais diagnósticos pela primeira vez na 3ª edição do Manual de Diagnóstico dos transtornos mentais: DSM-III”.

Assim, visando compreender a origem desse transtorno, uma série de investigações teve início. Os termos e definições utilizados dependem dos novos conhecimentos adquiridos sobre a sintomatologia do transtorno. De acordo com Rodrigues e Spencer (2015), em 1950, Leo Kanner publica o "Tratado de Psiquiatria Infantil", descrevendo o transtorno como "Autismo Infantil Precoce", após estudar mais 38 casos autísticos. Esse material destacava características como sérias dificuldades de contato, interações e fixações, tanto por pessoas quanto por objetos.

Constata-se então que o autismo já existia muito antes do diagnóstico que foi confirmado pelo doutor Kanner. Esse transtorno de ordem do neurodesenvolvimento pode afetar pessoas em diferentes níveis, podendo ser classificadas entre leve e grave, levando em consideração o nível de dependência, e conseqüentemente, da necessidade de apoio que é exigido para que aquela pessoa consiga realizar suas atividades do cotidiano. Apesar de já haver décadas de investigação científica e avanços, ainda não houve uma definição definitiva sobre a causa do transtorno, mesmo pesquisas extensas indicam, no máximo, contribuições de fatores genéticos.

No mundo atual em que vivemos, o autismo é um tema que tem gerado bastante discussões e debates, mas não podemos tratá-lo como algo recente, pois há muito tempo, como os já citados acima já existiam relatos, porém devido à falta de conhecimento e estudos científicos sobre o assunto, não existia o tratamento e

nomenclatura corretos para tal especificidade. Nas visões comuns, o indivíduo com autismo é tratado como alguém com dificuldades de socialização e propensos ao isolamento, e pessoas que necessitam de ajuda constante para que consigam desenvolver suas habilidades de forma que consigam alcançar seu sucesso.

São considerados pessoas distraídas, que vivem em seu próprio mundo, mas capazes de se concentrar de forma profunda em assuntos específicos e de seu interesse. Tem dificuldades de lidar com estímulos sensoriais, preferem aprender por si só, embora tenhamos o pleno reconhecimento da importância das interações sociais, sensoriais e cognitivas para o desenvolvimento do aprendizado. Segundo Bosa existem muitas concepções sobre o autismo:

como síndrome comportamental, síndrome neuropsiquiátrica/neuropsicológica, como transtorno invasivo do desenvolvimento, transtorno global do desenvolvimento, transtorno abrangente do desenvolvimento, transtorno pervasivo do desenvolvimento (essa palavra nem consta no Aurélio!), psicose infantil, precoce, simbiótica, etc. Ouve-se falar em pré-autismo, pseudoautismo e pósautismo. (BOSA, 2002, p.2)

São muitas definições sobre o autismo, e isso acaba gerando dúvidas e confusão sobre como classificá-lo. Embora as crianças estudadas por Kanner apresentassem comportamentos semelhantes, elas não eram completamente idênticas. Havia variações em seus comportamentos, níveis de perturbação, interação familiar e progressão ao longo do tempo. Além disso, a origem do transtorno começou a ser debatida. Anteriormente, havia uma tendência a atribuir a causa do autismo tanto a fatores biológicos quanto aos efeitos das relações familiares. Isso foi evidenciado na pesquisa de Kanner, que observou a falta de afeto nas relações parentais e familiares em geral.

Além disso, a definição do autismo continuou sendo motivo de controvérsia nos sistemas de classificação. Na oitava edição da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), o autismo foi categorizado como uma forma de esquizofrenia. Em seguida, na edição seguinte, foi classificado como psicose infantil (BOSA, 2002). Somente quatro décadas depois, em 1980, o autismo foi oficialmente reconhecido e incluído no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Posteriormente, na terceira edição, foi introduzida a expressão transtorno global do desenvolvimento, que abrangia um

conjunto de transtornos comportamentais, incluindo o Transtorno Autista. Em 1992, o autismo foi incorporado à Classificação Internacional de Doenças Mentais e Comportamentais (CID-10) (RAPIN; TUCHMAN, 2006, p. 17).

O Autismo é agrupado dentro do conjunto conhecido como Transtorno do Espectro Autista (TEA), que também engloba o Transtorno de Asperger, o Transtorno Desintegrativo da Infância, o Transtorno de Rett e o Transtorno Global do Desenvolvimento sem Outra Especificação. Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM 5 (AMERICA..., 2014), esses transtornos são caracterizados principalmente por dificuldades na comunicação e interação social em diversos contextos, além de comportamentos repetitivos ou restritos, com início precoce dos sintomas.

Para Bosa, os aspectos cognitivos e afetivos deveriam ser trabalhados juntos, incluindo a origem biológica, pois

[...] existe um comprometimento precoce que afeta o desenvolvimento como um processo e, conseqüentemente, a personalidade (através da interação entre o self e as experiências com o ambiente que possibilita o desenvolvimento das noções de si, do outro e do mundo ao seu redor), seja a síndrome do autismo classificada como psicose ou como transtorno do desenvolvimento. (BOSA, 2002, p. 8)

As classificações do autismo são limitadas, pois não abordam todos os aspectos necessários para uma compreensão completa desse transtorno. No entanto, independentemente de outros fatores, como causas orgânicas, sempre são destacados os principais sinais: dificuldades na comunicação e interação social, comportamentos repetitivos ou restritos, e o início precoce dos sintomas. Como afirmou Gillberg (1990 citado por BOSA, 2002, p. 8). Em outras palavras, a síndrome do autismo representa um perfil comportamental com várias origens". Isso nos leva a perceber que o autismo pode ter diversas causas subjacentes, embora compartilhe características comportamentais semelhantes.

1.2. Histórico da inclusão escolar no Brasil

Historicamente, a educação especial foi por muito tempo confinada a um ensino paralelo, pouco explorado e com escassas oportunidades de inclusão. Somente mais recentemente começou a desempenhar e desenvolver seu papel dentro da rede escolar regular. A concretização de uma escola inclusiva baseia-se na defesa de valores, princípios e ética, com o objetivo de desenvolver o senso de cidadania. Isso envolve uma proposta pedagógica que consiga atender de forma individualizada cada aluno, respeitando e entendendo suas peculiaridades no processo de aprendizagem.

A transição de um sistema segregado para um modelo inclusivo representa um avanço significativo, mas não sem desafios. Essa evolução exige um comprometimento coletivo da comunidade escolar, incluindo gestores, professores, alunos e suas famílias. A escola inclusiva busca criar um ambiente onde todos os alunos, independentemente de suas capacidades, possam aprender juntos e se beneficiar das mesmas oportunidades educacionais.

O processo de inclusão demanda uma série de adaptações e suportes específicos para que os alunos com necessidades educacionais especiais possam participar plenamente das atividades escolares. Isso pode envolver desde a adaptação curricular até a formação continuada dos professores, que precisam estar preparados para lidar com a diversidade de formas de aprendizagem.

Além disso, é essencial promover uma cultura de aceitação e valorização das diferenças dentro da escola. Isso se traduz em práticas pedagógicas que não apenas aceitam, mas celebram a diversidade, e em políticas escolares que garantem a igualdade de oportunidades para todos os alunos. A escola deve funcionar como um microcosmo de uma sociedade inclusiva, onde as atitudes discriminatórias sejam combatidas e a colaboração e o respeito mútuo sejam incentivados.

Para que a inclusão seja eficaz, é necessário também o apoio de políticas públicas que garantam os recursos necessários para a implementação de práticas inclusivas. Isso inclui financiamento adequado para programas de inclusão, desenvolvimento de materiais didáticos acessíveis, e a criação de infraestruturas físicas que atendam às necessidades de todos os alunos.

Em resumo, a educação especial está se movendo de um modelo de exclusão para um modelo inclusivo, onde o foco está na individualidade e nas necessidades específicas de cada aluno. Esse processo exige um esforço conjunto e contínuo, envolvendo a escola, a família e a sociedade como um todo, para criar um ambiente educacional que realmente valorize e respeite a diversidade humana. A escola inclusiva não é apenas um ideal a ser alcançado, mas uma realidade a ser construída dia a dia, com empenho, compromisso e uma visão clara de que a educação é um direito de todos.

Analisando a trajetória histórica da educação inclusiva no Brasil durante os séculos XVII e XVIII, percebe-se que as práticas sociais de exclusão e preconceito eram predominantes. Esse período foi marcado por uma grande ignorância e rejeição em relação aos indivíduos com deficiência, que eram frequentemente ridicularizados e marginalizados. Essa ignorância se manifestava dentro das próprias famílias, nas escolas e na sociedade em geral, perpetuando o preconceito e reforçando a exclusão social dessas pessoas. A falta de compreensão e a ausência de políticas inclusivas contribuíram para a manutenção de um sistema educacional que não contemplava as necessidades específicas dessas populações.

No entanto, ao longo da história, houve um progresso significativo nas percepções sobre as deficiências. À medida que as crenças, valores culturais e concepções sobre o ser humano foram se transformando, ocorreu uma evolução gradual na maneira de pensar sobre a deficiência no Brasil. Essas mudanças permitiram avanços importantes em diversos momentos históricos, promovendo uma visão mais inclusiva e respeitosa em relação às pessoas com deficiência.

Durante o século XIX, as primeiras iniciativas formais de educação especial começaram a surgir no Brasil, embora ainda fossem limitadas e segregadoras. Instituições especializadas foram criadas, mas elas muitas vezes isolavam os indivíduos com deficiência do restante da sociedade. Esse modelo, apesar de fornecer algum nível de educação, não promovia a verdadeira inclusão e frequentemente reforçava a separação entre pessoas com e sem deficiência.

O século XX trouxe consigo movimentos mais robustos de reforma educacional e inclusão. Influenciado por avanços científicos e sociais, o Brasil começou a adotar

uma perspectiva mais humanitária e inclusiva. A Declaração de Salamanca de 1994 foi um marco importante, destacando a importância de incluir crianças e jovens com necessidades educacionais especiais em escolas regulares. Essa declaração enfatizou que as escolas regulares, adaptadas para receber esses alunos, são os melhores meios para combater atitudes discriminatórias e construir uma sociedade inclusiva.

Ao final do século XX, uma série de movimentos sociais, políticos e educacionais, em conjunto com os acadêmicos, associações e conferências, começou a emergir com o objetivo de aprofundar as discussões sobre a educação inclusiva. Esses esforços coletivos foram cruciais para problematizar as práticas educacionais vigentes e promover uma reflexão crítica sobre como garantir uma educação de qualidade para todos. Através dessas discussões e reflexões, foi possível estabelecer um compromisso mais firme com a inclusão, criando as bases para um sistema educacional que reconhece e valoriza a diversidade humana.

Uma educação de qualidade para todos envolve, entre outros aspectos, a atribuição de novos papéis à escola, que não se limita apenas à aceitação, mas também à valorização das diferenças, resgatando os valores culturais e promovendo o respeito ao aprender e construir, conforme delineado na Declaração de Salamanca (1994, p. 8-9)

[...] crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas regulares, que precisam se adaptar a eles [...] essas instituições são as mais capazes de combater atitudes discriminatórias, construir uma sociedade inclusiva e alcançar a educação para todos.

A Declaração de Salamanca (1994, p. 6) também caracteriza a inserção dos indivíduos que possuem NEE com uma política de justiça social, conforme explicita:

[...] as escolas se devem ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito, terão de incluir-se crianças com deficiência ou sobredotados, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.

No entanto, desde o final do século XX até os dias atuais, observamos avanços significativos nos campos social, pedagógico e tecnológico, impulsionando a construção de uma sociedade mais inclusiva no Brasil. Esse progresso se reflete na valorização crescente da inclusão, materializada através da implementação de salas de recursos, atendimentos diferenciados e métodos tecnológicos inovadores. Ferramentas como computadores adaptados, sintetizadores de fala, programas e aplicativos especializados são alguns exemplos dos muitos modelos tecnológicos que têm sido utilizados para promover a inclusão social de grupos historicamente marginalizados.

Essas inovações têm sido essenciais para melhorar a qualidade da educação e a vida cotidiana de pessoas com deficiência, que durante muito tempo sofreram com discriminações e preconceitos. Hoje, essas pessoas buscam e exigem a garantia de seus direitos perante a sociedade, promovendo um desenvolvimento social que reconhece e valoriza suas potencialidades e peculiaridades.

A implementação de salas de recursos multifuncionais nas escolas é um exemplo concreto desse avanço. Essas salas são ambientes especialmente preparados para oferecer suporte educacional adicional a estudantes com necessidades especiais, permitindo que eles recebam o atendimento individualizado necessário para seu desenvolvimento acadêmico. As salas de recursos são equipadas com materiais didáticos adaptados e tecnologias assistivas, proporcionando um ambiente inclusivo e acessível.

Esses avanços tecnológicos, em conjunto com práticas pedagógicas inclusivas, têm contribuído para a criação de um ambiente escolar mais acolhedor e igualitário. A formação continuada de professores também desempenha um papel crucial nesse processo, capacitando-os para lidar com a diversidade de formas de aprendizagem e necessidades especiais dos alunos. Cursos e treinamentos específicos ajudam os educadores a desenvolver estratégias pedagógicas inclusivas, promovendo uma educação que valoriza e respeita as diferenças.

O impacto desses avanços vai além das salas de aula, refletindo-se na sociedade como um todo. A promoção da inclusão social de pessoas com deficiência tem contribuído para uma mudança de mentalidade, incentivando a aceitação e

valorização das diferenças. Movimentos sociais e organizações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência têm desempenhado um papel fundamental nesse processo, lutando por políticas públicas que garantam a igualdade de oportunidades e o respeito aos direitos humanos.

Em resumo, desde o final do século XX até os dias atuais, o Brasil tem testemunhado avanços notáveis nos campos social, pedagógico e tecnológico em prol da inclusão. A valorização crescente da inclusão se manifesta na implementação de salas de recursos, atendimentos diferenciados e métodos tecnológicos inovadores. Esses esforços têm contribuído para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde as pessoas com deficiência podem exercer seus direitos plenamente e desenvolver suas potencialidades.

O caminho para a inclusão plena ainda apresenta desafios, e sem dúvidas apesar das melhorias concretas já apresentadas e realizadas, ainda há um longo caminho para ser percorrido, para que a inclusão não seja apenas desenhada no papel, o que infelizmente ainda é possível ocorrer em muitas instituições de ensino, mas não há como fechar os olhos para perceber o quanto os progressos realizados até agora são um testemunho do compromisso com a valorização da diversidade e o respeito às peculiaridades de cada indivíduo.

A implementação de políticas públicas inclusivas exige uma mudança profunda nas estruturas educacionais e sociais. As escolas precisam adaptar seus currículos, formar seus professores e criar ambientes acessíveis que atendam às necessidades de todos os alunos. Além disso, é crucial promover uma cultura de aceitação e valorização das diferenças dentro das comunidades escolares e na sociedade em geral.

A esse respeito GOFFREDO (1999, p. 31) acrescenta:

Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as suas portas abertas às pessoas com necessidades educativas especiais.

Portanto, a escola tem a função essencial de acolher e educar todas as crianças, jovens e adultos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais. Isso implica não apenas a adaptação dos métodos de ensino e aprendizagem às diversas necessidades dos alunos, mas também a modificação da estrutura física da escola para torná-la acessível e inclusiva. A escola deve ser um espaço que promove a igualdade de oportunidades, garantindo que cada aluno possa participar plenamente das atividades educativas e desenvolver suas potencialidades em um ambiente que respeita e valoriza a diversidade.

1.3. Legislação da inclusão do autismo na escola

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) assegura o direito de todos à educação, delineando a responsabilidade tanto do Estado quanto da família em promovê-la. O Artigo 2º da LDB destaca os princípios fundamentais que orientam a educação nacional, sublinhando a importância de uma educação inclusiva e de qualidade para todos os cidadãos. “Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Entre os principais documentos legais que abordam os direitos das pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), destacam-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e a Declaração de Salamanca de 1994. Ambos os documentos oferecem diretrizes fundamentais para a inclusão social e escolar desse público, sublinhando a importância de um sistema educacional que acolha a diversidade e ofereça suporte adequado para atender às necessidades específicas dos alunos.

A LDB 9.394/96 estabelece, em diversos artigos, a necessidade de políticas educacionais que garantam o atendimento especializado e a inclusão plena dos alunos com NEE. Ela enfatiza que o sistema educacional deve ser adaptável e flexível, capaz de oferecer recursos e métodos pedagógicos apropriados para

promover o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas condições individuais.

A Declaração de Salamanca, por sua vez, é um marco internacional que reforça o compromisso global com a educação inclusiva. Ela foi adotada em 1994 durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca, Espanha. Este documento destaca a importância de transformar as escolas tradicionais em ambientes inclusivos, onde todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais, possam aprender juntos. A declaração defende a implementação de práticas educativas que respeitem e valorizem a diversidade, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (Declaração de Salamanca, 1994, p. 17-18).

Em suma, tanto a LDB quanto a Declaração de Salamanca estabelecem uma base sólida para a inclusão educacional, garantindo que o direito à educação de qualidade seja estendido a todos, sem discriminação. Esses documentos reforçam o compromisso com a construção de um sistema educacional que seja verdadeiramente inclusivo, capaz de acolher e atender às necessidades de todos os alunos, promovendo assim uma educação mais equitativa e acessível.

Art. 1º. Esta Lei acrescenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Autismo, a reservar no mínimo 10% (dez) das vagas por turma no ensino regular das escolas para crianças e adolescentes com Autismo.

Este Projeto de Lei tem como objetivo reservar vagas nas redes públicas e particulares de ensino para alunos com Autismo, integrando-os ao ensino regular. Ao permitir que os alunos autistas participem da rede educacional convencional, o projeto visa facilitar a interação social e melhorar o comportamento social e psicológico desses alunos.

A implementação dessa demanda é crucial para atender às famílias em municípios que, frequentemente, carecem de apoio legal e de oportunidades educacionais adequadas à realidade local, uma situação comum em várias regiões do Brasil.

As escolas devem cumprir os princípios constitucionais, proporcionando os recursos necessários para garantir uma educação de qualidade que respeite as diferenças de todos os alunos. Reconhece-se a importância social de aprender a viver em meio à diversidade, o que exige uma nova abordagem no ensino e na aprendizagem. Este projeto busca promover um ambiente educacional inclusivo e equitativo, onde cada aluno tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial em um ambiente que valorize e respeite a diversidade.

A prática inclusiva de alunos com deficiência em turmas regulares das escolas convencionais é um desafio que suscita muitas dúvidas entre pais, profissionais da educação e a sociedade em geral. É importante destacar que a inclusão não se resume apenas à inserção física desses alunos no ensino regular; uma prática inclusiva deve envolver todo o processo educacional e o engajamento de toda a comunidade escolar. Reconhecer os diferentes ritmos e particularidades dos alunos é fundamental para que todas as suas necessidades sejam adequadamente atendidas.

A educação de alunos com necessidades educativas especiais deve incorporar princípios comprovados de uma pedagogia inclusiva, da qual todas as crianças podem se beneficiar. Esse enfoque pedagógico parte do princípio de que as diferenças humanas são naturais e que a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades específicas de cada criança, em vez de esperar que a criança se ajuste a um modelo educacional predeterminado.

Quando se trata de crianças com transtorno do espectro autista (TEA), é crucial ressaltar a diversidade de manifestações do transtorno. Portanto, é fundamental que os profissionais da educação tenham acesso a diagnósticos médicos precisos para compreender plenamente as capacidades, limitações e necessidades individuais de cada aluno. A avaliação deve ser feita caso a caso, pois cada aluno com autismo é único e apresentam características distintas.

Para que a inclusão seja efetiva, é essencial que as escolas estejam preparadas para oferecer um ambiente de aprendizagem que respeite e valorize a diversidade, proporcionando os recursos e suportes necessários para que todos os alunos possam alcançar seu pleno potencial. Isso contribui na formação contínua dos educadores, na adaptação curricular e na disponibilização de recursos específicos, sempre com o objetivo de promover uma educação inclusiva de qualidade.

O desempenho escolar das crianças com autismo varia significativamente conforme o grau de acometimento do transtorno. Crianças com formas mais severas de autismo podem apresentar atraso mental e necessitar de assistência contínua. Por outro lado, crianças com autismo leve ou apenas com traços autísticos geralmente conseguem acompanhar bem as aulas e o conteúdo didático-pedagógico.

Essa abordagem educacional representa uma oportunidade crucial para auxiliar essas crianças e adolescentes, que constituem o futuro do nosso país. Proporcionar um ambiente de aprendizagem inclusivo, onde as diferenças são respeitadas e valorizadas, é essencial para que todos os alunos possam alcançar seu pleno potencial.

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução. § 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II: I – deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II – padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Conhecer a legislação da educação inclusiva no Brasil é fundamental para discutir ainda mais sobre o tema inclusão. Afinal, a promoção da inclusão no ambiente escolar é de extrema importância para a construção de pessoas mais empáticas e desenvolvidas socialmente, e através da educação é possível construir um mundo mais igualitário e justo para todos, independente de suas limitações, pois cada um é capaz de superar suas necessidades em busca de alcançar uma vida melhor.

CAPÍTULO II

2.1. Prática Pedagógica

Segundo Bortolotto (2009), não há um método único para trabalhar com alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). É crucial considerar a subjetividade e individualidade de cada criança. Adaptar os materiais pedagógicos é fundamental, incorporando a ludicidade sempre que possível. Jogos e brincadeiras são ferramentas essenciais para estimular as crianças de maneira significativa, promovendo seu desenvolvimento cognitivo e social. Esses métodos são os principais instrumentos para a socialização e inclusão dos alunos autistas. Através das atividades lúdicas, as crianças aprendem a lidar com frustrações, a compartilhar, a reconhecer seus colegas como interlocutores, e a entender e seguir regras, entre outros benefícios.

A importância da ludicidade reside na sua capacidade de envolver as crianças de forma natural e prazerosa. Quando os materiais pedagógicos são adaptados para incluir elementos lúdicos, as crianças autistas encontram um ambiente mais acolhedor e estimulante. Essas atividades não apenas capturam o interesse das crianças, mas também facilitam a aquisição de novas habilidades de maneira intuitiva.

Além disso, a inserção de jogos e brincadeiras no contexto educativo contribui significativamente para a socialização das crianças com TEA. Por meio dessas atividades, elas aprendem a interagir com os colegas, desenvolvendo competências sociais essenciais. A capacidade de compartilhar, seguir regras e reconhecer os outros como parceiros de comunicação são habilidades que se desenvolvem naturalmente durante as atividades lúdicas.

Os jogos e brincadeiras também oferecem uma oportunidade valiosa para que as crianças autistas aprendam a lidar com frustrações. Esses momentos de jogo muitas vezes apresentam desafios que exigem paciência, perseverança e a capacidade de enfrentar pequenas decepções. Assim, as crianças começam a entender e aceitar a frustração como parte do aprendizado e do crescimento pessoal.

Ademais, reconhecer regras e estruturas sociais através do jogo é um passo crucial para a inclusão dos alunos autistas. As atividades lúdicas permitem que essas crianças compreendam de maneira prática e vivencial a importância das normas e dos limites, preparando-as melhor para situações reais fora do ambiente escolar.

De acordo com Cunha (2015, p. 22): Não precisamos de esquemas complexos ou mirabolantes para aplicar ideias pedagógicas. O nosso cotidiano é feito de coisas simples. Quanto mais associamos a prática escolar a conteúdos significantes, mais tornamos a experiência do aprendizado profícua. A aprendizagem significativa não somente generaliza o aprendizado, mas faz igualmente o aluno generalizar a experiência escolar.

Portanto, ao considerar a individualidade de cada aluno com TEA e ao adaptar os materiais pedagógicos de maneira lúdica, os educadores não só promovem um desenvolvimento cognitivo e social mais eficaz, mas também criam um ambiente mais inclusivo e participativo. A ludicidade se torna, assim, um aliado poderoso na educação das crianças autistas, facilitando sua inclusão e socialização de maneira natural e envolvente.

Durante a criação de estratégias, é crucial lembrar que cada indivíduo possui seu próprio ritmo de processamento. Como destacado por Kirk e Gallagher (1987, p. 33), é fundamental reconhecer que nem todas as crianças aprendem e se desenvolvem no mesmo ritmo, reagem emocionalmente da mesma forma, e percebem visual ou auditivamente da mesma maneira.

Essa perspectiva destaca a necessidade de adotar uma abordagem inclusiva e individualizada, na qual as estratégias são adaptadas às necessidades específicas de cada aluno. Isso assegura um ambiente que não apenas estimula o aprendizado, mas também promove o bem-estar emocional e a participação equitativa de todos os envolvidos.

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (MANTOAN, 2003, p.30)

Segundo Cunha (2015, p. 126):

No contexto do autismo, em termos práticos, podemos dizer que, primeiramente, o professor reconhece as habilidades do educando e as que devem ser adquiridas. É a constituição da aprendizagem no campo pedagógico. Em muitos casos trata-se do início da comunicação, da interação entre professor e aluno. Ainda que seja pelo olhar ou pelo toque, surgem as primeiras respostas ao trabalho escolar. É relevante lembrar que, mesmo não havendo verbalização, o comportamento é uma forma de expressão, com significados que não podem ficar despercebidos.

A inclusão na educação representa uma abordagem transformadora que visa reformar e atualizar as escolas, especialmente aquelas do ensino fundamental, para reconhecer que as dificuldades enfrentadas por alguns alunos não são unicamente atribuíveis a eles. Em vez disso, essas dificuldades frequentemente derivam da forma como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada dentro do contexto escolar.

A concepção subjacente à inclusão visa a transformação das escolas em espaços onde cada aluno se sinta acolhido, respeitado e capacitado a aprender, independentemente de suas habilidades ou particularidades. Esse objetivo demanda um esforço conjunto para repensar e reformular o sistema educacional, tornando-o mais flexível e aberto à diversidade de experiências e necessidades de aprendizagem. Isso implica não apenas em ajustes físicos nas instalações escolares, mas também em mudanças profundas na cultura escolar, nas práticas pedagógicas e nas políticas educacionais. O foco está em promover uma educação verdadeiramente inclusiva, que reconheça e valorize a singularidade de cada aluno e que se comprometa com o desenvolvimento integral e equitativo de todos.

2.2. A formação de professores e a inclusão do autista

Por muitos anos, a educação destinada a crianças com necessidades educativas especiais era extremamente limitada. Relatos históricos revelam que essas crianças eram frequentemente consideradas incapazes e, por isso, excluídas dos sistemas educacionais convencionais. Este cenário não era diferente para crianças com

Transtorno do Espectro Autista (TEA). Havia uma crença generalizada de que essas crianças não deveriam ser incluídas nos sistemas regulares de ensino, sendo encaminhadas exclusivamente para instituições especializadas.

Hoje em dia, entretanto, reconhece-se a importância de que todos os alunos, independentemente de suas necessidades educativas, frequentem o mesmo ambiente escolar, promovendo, assim, a inclusão escolar de forma plena e eficaz. A formação de professores se tornou um tema amplamente discutido e essencial na atualidade, especialmente devido à crescente diversidade encontrada nas salas de aula. Para que os docentes possam oferecer uma educação de qualidade a todos os estudantes, é indispensável que recebam uma capacitação adequada.

De acordo com Baraúna e Santos (2010, p.274- 275):

Uma parcela significativa dos professores que desenvolvem um trabalho dentro da proposta inclusiva não possui formação inicial adequada capaz de oferecer um aporte teórico e prático para a realização de seu trabalho[...] A reflexão deve estar constantemente presente para que a prática não se torne estática ou inapropriada para uma sociedade em constante transformação

A implementação de uma educação inclusiva exige um contínuo processo de estudo, aprimoramento, debates e diversas atividades de natureza científica, para que a teoria possa se traduzir em prática no dia a dia escolar. A formação continuada dos professores se apresenta como um meio vital de atualização de conhecimentos, especialmente em um cenário de rápida evolução das informações e do desenvolvimento tecnológico. É através deste processo que os educadores podem manter-se aptos a enfrentar os desafios e proporcionar uma educação inclusiva e de alta qualidade para todos os alunos (MELO; SANTOS, p. 93, 2020).

A necessidade de adquirir novas competências, explorar diferentes abordagens, entender especificações e aplicar metodologias inovadoras é uma parte integrante do cotidiano profissional do docente. Este processo contínuo de desenvolvimento é particularmente crucial quando se trata do atendimento a crianças autistas. Segundo Ângelo (2021, p. 5), o professor desempenha um papel fundamental como um dos principais agentes no trabalho com alunos que apresentam algum tipo de

dificuldade, ressaltando a importância de um ambiente educacional bem estruturado e preparado para acolher e apoiar essas crianças ao longo de suas vidas.

A formação contínua de professores é vital para atender às demandas educacionais contemporâneas. Ela permite que os educadores estejam sempre atualizados e preparados para enfrentar os desafios diários do ensino, especialmente em um contexto de inclusão escolar. No entanto, essa formação continuada enfrenta algumas resistências, particularmente por parte de certos profissionais que podem estar relutantes em adotar novas práticas ou modificar suas abordagens tradicionais de ensino.

Esta resistência pode ser atribuída a diversos fatores, incluindo a carga de trabalho já existente, a falta de incentivos, e a possível percepção de que as mudanças exigem um esforço considerável sem garantias imediatas de melhoria. No entanto, é fundamental que os educadores reconheçam a importância do desenvolvimento profissional contínuo, não apenas para o benefício dos alunos, mas também para o próprio crescimento e realização pessoal e profissional.

De acordo com Mantoan (2015, p.81):

Formar o professor na perspectiva da educação inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis. [...] a inclusão escolar não cabe em uma concepção tradicional de educação. A formação do professor inclusivo requer o redesenho das propostas de profissionalização existentes e uma formação continuada que também muda.

A inclusão de crianças autistas no ambiente escolar regular exige que os professores possuam uma compreensão profunda das especificidades desses alunos e sejam capazes de adaptar suas metodologias de ensino para atender às suas necessidades únicas. Isso envolve o uso de técnicas pedagógicas diferenciadas, estratégias de comunicação eficazes, e a criação de um ambiente de sala de aula que seja acolhedor e inclusivo.

O processo formativo contínuo para professores deve, portanto, ser cuidadosamente planejado e implementado. Deve incluir workshops, cursos de atualização, treinamentos especializados, e oportunidades para a troca de experiências entre profissionais. Além disso, o apoio institucional é essencial para

assegurar que os professores tenham acesso aos recursos e ao suporte necessário para aplicar eficazmente o que aprenderam.

Em resumo, a necessidade de um processo formativo contínuo para professores é evidente e indispensável, especialmente no contexto da educação inclusiva para crianças autistas. Superar as resistências e desafios associados a essa formação requer um esforço conjunto entre educadores, instituições de ensino, e formuladores de políticas, para garantir que todos os alunos recebam uma educação de qualidade que respeite e valorize suas particularidades.

Frequentemente, os maiores desafios enfrentados pelos professores não estão na falta de conhecimento sobre o autismo e suas implicações, mas sim na ausência de mecanismos e recursos necessários para uma intervenção eficaz com esses alunos. Muitas escolas, especialmente aquelas com deficiências estruturais no ensino básico, acabam contribuindo para a exclusão desses alunos. Sem as adaptações apropriadas, estudantes com necessidades especiais não conseguem acessar uma educação efetiva e enfrentam inúmeras barreiras ao longo de sua trajetória na rede de ensino (RIBEIRO, 2021, n. p.).

Embora a legislação assegure que estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tenham direito a um atendimento educacional especializado, a formação de professores para lidar com essa realidade ainda está em processo de desenvolvimento e adaptação. Poucos processos de capacitação abordam a temática do TEA de maneira prática e abrangente, o que resulta em docentes se sentindo inseguros e despreparados para atender adequadamente esses alunos. A formação contínua de professores para a inclusão, mesmo sendo abrangente em termos teóricos, muitas vezes se mostra fragmentada quando se trata de atender às individualidades de cada estudante.

A implementação de uma educação inclusiva exige mais do que um conhecimento superficial sobre autismo. Requer um conjunto de estratégias pedagógicas específicas, materiais didáticos adaptados, e um ambiente escolar que favoreça a inclusão. No entanto, muitos professores se veem sem o apoio necessário para aplicar essas estratégias de maneira eficaz. Isso pode ser devido à

falta de recursos financeiros, insuficiência de treinamentos práticos, ou mesmo à resistência institucional em adotar novas práticas.

Os cursos de formação de professores precisam ser reformulados para incluir abordagens mais práticas e específicas sobre o autismo e outras necessidades educativas especiais. Workshops, laboratórios de práticas pedagógicas, e sessões de mentorias com profissionais experientes são algumas das formas pelas quais a capacitação pode ser tornada mais eficaz. Além disso, é essencial que as escolas recebam suporte contínuo para implementar as adaptações necessárias, como materiais didáticos especializados, tecnologias assistivas, e modificações físicas no ambiente escolar.

A formação de professores é uma etapa essencial para garantir a qualidade da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Dada a complexidade das necessidades do sistema educacional, muitos educadores buscam capacitações de maneira independente, recorrendo a cursos e treinamentos particulares. Isso acontece porque, frequentemente, o Estado não oferece oportunidades adequadas para uma formação continuada. Segundo Gomes, Silva e Moura (2019, p. 3), os professores são motivados por questões suas, particulares, na busca de dar sentido para suas demandas e seus anseios com os alunos com que lida em seu cotidiano.

A formação de professores voltada para o TEA deve promover uma transformação nos docentes, incentivando uma perspectiva crítica e reflexiva. Este processo é fundamental para o desenvolvimento de pensamentos autônomos, que capacitam os professores a buscar soluções inovadoras e eficazes para a construção do conhecimento dos alunos com TEA. Através de planos de ensino específicos, que atendam às necessidades individuais desses alunos, os professores podem oferecer um suporte mais adequado e eficaz.

Adotar uma abordagem crítica e reflexiva significa que os professores precisam estar preparados para questionar e analisar constantemente suas práticas pedagógicas. Esse tipo de formação não se limita à simples aquisição de conhecimento teórico sobre o autismo. Em vez disso, envolve um compromisso contínuo com a auto avaliação e o aprimoramento profissional. A prática reflexiva

permite que os educadores identifiquem áreas de melhoria e desenvolvam estratégias personalizadas que melhor atendam às necessidades de seus alunos.

Outro aspecto crucial é o desenvolvimento de uma cultura escolar inclusiva, onde todos os membros da comunidade educativa – desde administradores até o pessoal de apoio – estejam comprometidos com a inclusão e preparados para colaborar nesse processo. Isso envolve promover a conscientização sobre o autismo, combater preconceitos, e incentivar práticas que valorizem a diversidade e o respeito às diferenças.

A formação de professores para a inclusão não deve ser vista como um processo pontual, mas como um esforço contínuo e integrado ao desenvolvimento profissional dos educadores. É fundamental que os programas de formação inicial e continuada sejam projetados de maneira a equipar os professores com as competências necessárias para enfrentar os desafios do ensino inclusivo e garantir que todos os alunos, especialmente aqueles com TEA, tenham acesso a uma educação de qualidade que os prepare para uma vida plena e participativa na sociedade.

Em suma, para que a inclusão de alunos com TEA seja efetiva, é indispensável que os professores não apenas conheçam as particularidades do autismo, mas também estejam equipados com as ferramentas práticas e os recursos necessários para aplicar esse conhecimento no dia a dia escolar. A transformação dessa realidade depende de um compromisso coletivo entre educadores, instituições de ensino e legisladores, visando a construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo e equitativo.

Segundo Cunha (2015, p. 49): No ensino do aluno com o espectro autista, não há metodologias ou técnicas salvadoras. Há, sim, grandes possibilidades de aprendizagem, considerando a função social e construtivista da escola. Afinal, a escola necessita se relacionar com a realidade do educando. Nessa relação, quem primeiro aprende é o professor e quem primeiro ensina é o aluno.

As instituições de ensino têm a responsabilidade crucial de capacitar seus profissionais para o trabalho com alunos autistas, oferecendo cursos, seminários, pesquisas dirigidas e outros recursos educacionais. Estes elementos são fundamentais para garantir que os educadores tenham acesso à formação

necessária para desenvolver métodos e estratégias eficazes. O objetivo é permitir que os alunos autistas desenvolvam suas habilidades, integrem-se plenamente ao ambiente escolar e interajam de forma significativa com seus colegas (ÂNGELO, 2021, p. 7).

A capacitação profissional deve enfatizar que cada estudante é único e deve ser avaliado individualmente. Os recursos e métodos utilizados pelo professor devem ser adaptados às necessidades específicas de cada aluno. Isso significa que, além de adquirir conhecimentos teóricos, os professores devem ser treinados para aplicar esses conhecimentos de maneira prática e personalizada. A formação continuada dos educadores é, portanto, essencial para promover uma educação inclusiva de qualidade, atendendo às particularidades de cada aluno com TEA.

É fundamental que a formação de professores para o atendimento de alunos com TEA seja vista como uma necessidade central do ambiente escolar. Todos os docentes devem estar envolvidos nesse processo, compreendendo as características individuais dos alunos autistas e adaptando suas práticas pedagógicas para melhor atendê-los. Segundo Gomes, Silva e Moura (2019, p. 4), é imperativo que todos os professores intervenham considerando as especificidades de cada aluno autista, pois só assim poderão compreender as crianças e suas necessidades. Conhecendo melhor a realidade da criança, o trabalho pedagógico desenvolvido poderá alcançar êxito.

Para efetivar uma educação inclusiva de qualidade, as instituições de ensino devem adotar uma abordagem multifacetada. Isso inclui a implementação de programas de formação continuada que ofereçam aos professores não apenas conhecimento teórico, mas também oportunidades de prática supervisionada e feedback construtivo. Além disso, a criação de um ambiente de apoio colaborativo entre os professores é essencial. Compartilhar experiências e estratégias entre colegas pode enriquecer a prática pedagógica e proporcionar novas perspectivas sobre como lidar com os desafios diários.

A infraestrutura escolar também deve ser adaptada para atender às necessidades dos alunos com TEA. Isso pode envolver a introdução de tecnologias assistivas, a modificação dos ambientes de sala de aula para reduzir estímulos sensoriais

excessivos, e a disponibilização de materiais didáticos adaptados. A integração dessas medidas exige um esforço coordenado entre administradores, professores e especialistas em educação especial.

Outra dimensão importante é a participação ativa dos pais e responsáveis no processo educacional. A colaboração entre a escola e a família é vital para garantir que as estratégias educacionais sejam consistentes e eficazes. Os pais podem fornecer insights valiosos sobre as necessidades e preferências de seus filhos, contribuindo para a criação de um plano educativo personalizado que seja realmente eficaz.

Em suma, a formação de professores para trabalhar com alunos autistas não é apenas uma responsabilidade, mas uma necessidade imperativa para garantir a inclusão escolar. As instituições de ensino devem investir em capacitação contínua e prática, promover um ambiente colaborativo, adaptar a infraestrutura escolar e fomentar a participação dos pais. Somente através de um esforço coletivo e integrado será possível proporcionar uma educação inclusiva que respeite e valorize as diferenças individuais, permitindo que todos os alunos alcancem seu pleno potencial.

2.3. A aprendizagem e o currículo na inclusão do autista

Diante de todas essas questões, para qualquer docente atuante, é certo que educar uma criança autista é uma experiência que leva o professor a revisitar e examinar suas concepções sobre o desenvolvimento curricular aplicado a essa normalidade. É fundamental entender a importância que a escola tem para essa faixa etária e como ela contribui para o desenvolvimento integral da criança como pessoa. Ao abordar estratégias de adaptação curricular, Coll et al. (2004) apontam que o sistema educacional deve considerar dois aspectos essenciais em relação às crianças autistas: a diversidade e a personalização. Para o ensino de alunos autistas, é crucial lembrar que algumas estratégias de ensino e aprendizagem podem causar um grande impacto nos profissionais da educação.

Cunha e Mata (2006) destacam que os educadores que recebem alunos autistas na escola muitas vezes se deparam com reações que podem ser desafiadoras, já que estão enfrentando uma experiência relativamente nova. Esses profissionais precisam estar preparados para adaptar suas práticas pedagógicas, desenvolvendo metodologias que atendam às necessidades específicas de cada aluno autista.

A personalização do ensino envolve a criação de planos de aula que considerem as particularidades de cada criança, ajustando o currículo de maneira a garantir que todos os alunos tenham acesso ao conhecimento de forma equitativa. Isso pode incluir o uso de recursos visuais, atividades sensoriais e outras técnicas que facilitem a compreensão e a participação dos alunos autistas.

As adaptações mais utilizadas no ambiente escolar para alunos autistas são fundamentadas em propostas que exigem um conhecimento aprofundado sobre cada estudante. Essas adaptações incluem diversas estratégias que visam proporcionar um ensino mais eficaz e personalizado. Para começar, é essencial conhecer o histórico do aluno autista. Isso pode ser feito através do diálogo com a família e os profissionais clínicos que acompanham o aluno. Essas informações são valiosas para entender melhor as necessidades específicas e os comportamentos do estudante, possibilitando a criação de um plano de ensino mais adequado.

Averiguar o grau do espectro autista do aluno é outra adaptação crucial. Isso envolve avaliar as capacidades e limitações do aluno em relação às aprendizagens escolares e sociais. Compreender o nível de funcionamento do aluno permite que os educadores adaptem as atividades e os métodos de ensino de acordo com as habilidades e desafios individuais. Descobrir os temas e elementos que despertam o interesse do aluno autista é uma estratégia eficaz. Utilizar os interesses pessoais do aluno como ponto de partida para o aprendizado pode aumentar a motivação e o engajamento. Isso pode ser feito através de observações e conversas com o aluno e sua família.

Propor tarefas concretas e de curta duração é outra adaptação importante. Alunos autistas podem se beneficiar de atividades bem definidas e com objetivos claros, realizadas em intervalos de tempo mais curtos. Isso ajuda a manter a

concentração e a reduzir a ansiedade em relação a tarefas longas ou complexas. Utilizar formas alternativas de comunicação é essencial para muitos alunos autistas. Isso pode incluir o uso de imagens, pictogramas, e outras ferramentas que facilitem a comunicação e a expressão de ideias. A comunicação alternativa pode ajudar a superar barreiras linguísticas e promover uma melhor compreensão entre alunos e professores.

Essas adaptações não apenas facilitam o aprendizado dos alunos autistas, mas também criam um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor. Ao implementar essas estratégias, os educadores podem atender às necessidades individuais dos alunos, promovendo seu desenvolvimento acadêmico e social. A formação contínua dos professores e a colaboração com as famílias e profissionais de saúde são fundamentais para o sucesso dessas adaptações, garantindo que todos os alunos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

A escola deve proporcionar um ensino de qualidade, o que requer melhorias em sua estrutura física e investimentos na abordagem de ensino e aprendizagem. Isso inclui a disponibilidade de recursos pedagógicos, entre outros fatores. Essas mudanças são essenciais para conscientizar a escola sobre a necessidade de se adaptar a um ambiente inclusivo para alunos com necessidades educacionais especiais. Além disso, é fundamental ajustar o currículo e buscar novas alternativas metodológicas diferenciadas, de acordo com as necessidades específicas de cada aluno.

Todas essas adaptações curriculares em conjunto com outros ajustes e as modificações promovidas com as essas diferentes exigências curriculares, respondem às necessidades de cada aluno, favorecendo com isso, as condições que lhe são indispensáveis para que se realize uma aprendizagem expressiva (CUNHA, 2014).

No que se refere a propostas relacionadas ao nível coletivo, algumas estratégias para a inclusão serão apresentadas. O professor deve criar metodologias diversificadas, permitindo ajustes na forma como cada conteúdo será comunicado aos diferentes estilos de aprendizagem. Isso garante que toda a turma, incluindo o

aluno autista, seja alcançada. Segundo Blanco (2004), essas estratégias são essenciais para incluir todos os alunos no processo de aprendizagem.

Outra proposta bastante relevante é estimular a colaboração entre os alunos durante a realização das atividades propostas. Isso incentiva a formação de vínculos com todos os colegas de turma, promovendo um modo de lidar com as diferenças entre eles. Ao adotar essa prática, as crianças aprendem não apenas com o professor, mas também entre si, integrando-se mutuamente.

A cooperação em sala de aula tem um impacto positivo no desempenho acadêmico e, para os alunos autistas, as relações sociais e o desenvolvimento pessoal são considerações fundamentais. Segundo Leite (2008), a cooperação oferece um incentivo significativo para o crescimento individual dos alunos autistas, ajudando-os a se sentirem mais incluídos e engajados no ambiente escolar. Dessa forma, todos os alunos se beneficiam de um ambiente mais harmonioso e colaborativo, onde a diversidade é valorizada e a aprendizagem é enriquecida pelas interações sociais.

Por fim, é essencial que essas propostas e adaptações sejam cuidadosamente planejadas e implementadas com o objetivo de melhorar significativamente a aprendizagem dos alunos autistas. A chave para isso é o desenvolvimento de um currículo inclusivo que acomode e valorize a diversidade das necessidades educacionais. Para alcançar esse objetivo, é necessário adotar uma abordagem de flexibilização curricular.

Essa flexibilização implica ajustar o currículo tradicional para incorporar métodos de ensino que sejam acessíveis e eficazes para alunos autistas. O currículo deve ser dinâmico e adaptável, permitindo que os educadores utilizem uma variedade de estratégias pedagógicas que atendam às diferentes maneiras pelas quais os alunos processam informações e aprendem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso procurou abordar a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) sob as lentes da qualidade e da equidade. Ao longo da pesquisa, analisamos como esses princípios podem e devem ser aplicados na educação, com o objetivo de garantir que as pessoas com autismo tenham oportunidades justas e significativas para participar plenamente da vida social.

A inclusão de pessoas com TEA é um desafio que vai além da simples presença em ambientes regulares. Requer uma transformação profunda desses ambientes para que sejam verdadeiramente acolhedores e adaptados às necessidades específicas de cada indivíduo. Para alcançar uma inclusão de qualidade, é necessário implementar práticas educacionais e de suporte que promovam o desenvolvimento das habilidades de cada pessoa com autismo. Isso inclui a adaptação de currículos, a formação contínua de educadores, o uso de tecnologias assistivas e a criação de ambientes que favoreçam a participação ativa e o bem-estar dos indivíduos com TEA.

No campo da educação inclusiva, identificamos que a aplicação de metodologias específicas e adaptadas. No entanto, a eficácia dessas práticas depende de sua implementação cuidadosa e de um compromisso contínuo com a adaptação às necessidades individuais dos alunos. Além disso, é crucial que os educadores recebam formação adequada e que as escolas disponham dos recursos necessários para apoiar a diversidade de alunos.

A equidade na inclusão exige um esforço contínuo para remover barreiras que impedem a plena participação das pessoas com autismo. Isso significa garantir que todos os indivíduos, independentemente de suas capacidades ou desafios, tenham acesso a oportunidades justas. No contexto do mercado de trabalho, isso implica a criação de ambientes laborais que valorizem a diversidade e sejam adaptáveis às necessidades das pessoas com TEA. A conscientização e a formação dos colegas de trabalho, a flexibilidade nas tarefas e a adaptação dos ambientes são fundamentais para promover a inclusão no ambiente profissional.

As políticas públicas desempenham um papel vital na promoção da inclusão e na garantia de direitos para as pessoas com autismo. A legislação, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) da ONU, estabelece uma base para a inclusão, mas a implementação eficaz dessas políticas ainda enfrenta desafios significativos. A alocação adequada de recursos, a formação contínua de profissionais e a promoção de uma cultura inclusiva são elementos essenciais para que as políticas realmente beneficiem as pessoas com TEA.

Os desafios para a inclusão são muitos e incluem a resistência cultural, a falta de recursos e a necessidade de maior conscientização pública sobre o autismo. No entanto, também existem oportunidades significativas para melhorar as práticas inclusivas. A crescente conscientização sobre o autismo, o desenvolvimento de novas tecnologias assistivas e a implementação de abordagens pedagógicas inovadoras oferecem caminhos promissores para a inclusão efetiva.

A inclusão de qualidade e equidade não é apenas um objetivo a ser alcançado, mas um processo contínuo de adaptação e melhoria. É um compromisso de longo prazo com a construção de uma sociedade que valorize a diversidade e respeite a dignidade de todas as pessoas. Cada passo em direção a esse objetivo contribui para a criação de um mundo onde todos possam viver com dignidade e participar plenamente da vida comunitária.

Concluimos que, para alcançar uma inclusão mais próxima da realidade do indivíduo com autismo, é essencial adotar uma abordagem integrada que combine práticas eficazes com um compromisso inabalável com a equidade. A construção de uma sociedade inclusiva requer não apenas a adaptação de ambientes e práticas, mas também a mudança de atitudes e a promoção de uma cultura de respeito e valorização da diversidade.

Este trabalho espera ter contribuído para uma melhor compreensão da inclusão no contexto do autismo e espera inspirar futuras pesquisas e práticas que promovam uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

REFERÊNCIAS

ROBISON, John E. Kanner, Asperger, and Frankl: a third man at the genesis of the autism diagnosis. *Autism*, v. 21, n. 7, p. 862-871, 2017. DOI:

<https://doi.org/10.1177/1362361316654283>

KANNER, L. Autistic disturbances of affective contact. *Nerv Child Paper*,

2:21750.1942;

KANNER, L. Early infantile autism – 1943-1955. *Journal Orthopsychiat.* 26:55- 65, 1956;

CUNHA, E. *Autismo e Inclusão: Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família*. Rio de Janeiro: Wak , 2009.

BOSA, C. *Autismo: Atuais interpretações para antigas observações*. Curso de extensão promovido pela SEC/RS em convênio com a faculdade de Educação, Medicina e Psicologia da UFRGS. Disponível em: <http://peadinclusao.pbworks.com/f/palestracleonice.pdf> Acesso em: 13 de nov. de 2018.

CUNHA, P.; MATA, O. M. *Rompendo Paradigmas na Gestão Escolar* In. ROTH, B. W. *Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

SILVA, A.; *A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física*. Brasília: MEC, 2006.

SILVA, A. B. B.; GAIATO M. B.; REVELES L. T. *Mundo Singular: entenda o autismo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, P. 160.

KIRK, S. A.; Gallagher, J. J. (1987/1996). *Educação do indivíduo excepcional*. Tradução Marília Zanella Sanvicente, 1ª ed., São Paulo: Martins Fontes.

TUCHMAN, Roberto; RAPIN, Isabelle. Autismo: abordagem neurobiológica. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal, Educação: Direito de Todos os Brasileiros. In: Salto para o futuro: Educação Especial: Tendências atuais/Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED,1999.

SANTOS, A. F.; BARAÚNA, S. M..In: NOVAIS, G.S.; CICILLINI, G. A. (Orgs). Formação docente e práticas pedagógicas: olhares que se entrelaçam. Araraquara: Junqueira&Marin; Belo Horizonte: FAPEMIG, 2010.

BORTOLOTTI, P. T. O. Como acontece o processo de socialização com crianças autistas. Trabalho de conclusão de especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos, Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BRASIL (2000). LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei 9.394/96. Brasília: CORDE.

BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (1995). O processo de integração escolar dos alunos portadores de necessidades educativas especiais no sistema educacional brasileiro. Brasília: SEESP.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília, 1994.